

## SERTÃO DE PASTOS BONS: UM ESPAÇO MÚLTIPLO

Antônia de Castro Andrade

### **O sertão de Pastos Bons:** um espaço múltiplo

Partindo da ideia de que os lugares e espaços são resultados também dos relatos que se fazem sobre eles (CERTEAU, 1998, p. 207), perguntei-me: como esse lugar chamado de sertão de Pastos Bons tem sido visto na literatura que se volta para essa temática?

### **O sertão de Pastos Bons:** um construto historiográfico

Para responder a essa questão, comecei com os escritos deixados pelo militar português Francisco de Paula Ribeiro, que viveu na Capitania do Maranhão nas primeiras décadas do Oitocentos, e assim, delimitou o espaço geográfico que denominou sertão dos Pastos Bons como o que compreenderia:

[...] todo aquele terreno que desde a fazenda e riacho Serra, na extremidade sul dos limites de Caxias, cotada da beira do rio Parnaíba na povoação das Queimadas, à barra do riacho do Corrente no rio Itapecuru, se estende por entre o mesmo rio Parnaíba e o Tocantins até as margens do rio Manoel Alves Grande, como já fica relatado, limitando-se por entre as cabeceiras dos ditos Parnaíba e Manoel Alves Grande com a serra chamada do Piauí, e com a capitania deste nome por uma parte das margens deste e por uma parte também das do Turi até defronte da foz do rio Araguaia (RIBEIRO, 2007b, p. 146).

Sobre o processo de colonização do sul maranhense vejamos o relato pioneiro de Ribeiro (2007b, p. 148):

Domingos Afonso Sertão e outros seus companheiros que do rio São Francisco, nos sertões da Bahia, vieram atravessando e povoando todo o Piauí, por eles verdadeiramente então descoberto, foram os primeiros que, passando aquém do Parnaíba, estabeleceram as primeiras povoações de Pastos Bons, sacudindo para o sudoeste e para oeste o referido gentilismo. Seus progressos de população foram bastante rápidos: lançaram-se as primeiras fazendas de gado nas cabeceiras do rio Piauí, e como em um momento apareceu a capitania deste nome, a sua capital, as suas vilas e até os estabelecimentos de Pastos Bons, aquém do dito rio Parnaíba, chegando logo a sessenta léguas de extensão, montaram no ano 1810, às margens do Tocantins, mais de cento e vinte distantes das primeiras povoações do distrito, no riacho e fazenda Serra.

Ainda sobre o processo de formação do sertão de Pastos Bons uma referência necessária é o livro de Carlota Carvalho (2011), *O sertão: subsídio para a História e a*

*Geografia do Brasil*, cuja primeira edição é de 1924. A despeito das controvérsias sobre ser o livro de autoria dela ou de seu irmão Parsonas de Carvalho,<sup>1</sup> é o relato de alguém que viveu e era apaixonado pela região, pelas “coisas do sertão”. O sertão de Carvalho era um lugar onde se encontravam as melhores terras, ares e rios, onde havia homens patrióticos, flora e fauna abundantes. Lá, “[...] o bom sucedia o melhor”, diz Carvalho (2011, p. 97). Para Carvalho, o sertão era o Maranhão melhor.

Ela descreve o processo de ocupação e suas consequências para a população autóctone, classificando de cruéis os métodos empregados na conquista do território. Não foi só contra a sanha do conquistador em relação aos indígenas que a autora se voltou. Denunciou, também, o tratamento que os senhores/fazendeiros do sul maranhense davam aos seus escravizados,

Para esse lugar escuso, escondido pela mata - onde o negro morria dilacerado pelo açoite ou quebrada a cabeça sem se ouvir fora um grito de dor e dentro uma palavra de clemência ou de justiça - afluiu muita gente timorata em 1839 - 40, tempo da revolta dos bem-te-vis ou liberais do Maranhão (CARVALHO, 2011, p. 138).

O sertão de Carlota Carvalho teve, portanto, a presença de sujeitos escravizados, de africanos e/ou afrodescendentes, aos quais ela se refere como negros. Francisco de Paula Ribeiro, nos desperta atenção por um aspecto peculiar de sua narrativa construída no início do Oitocentos, que apesar de ser rica em detalhes, traz um silêncio em relação à população negra escravizada que pudesse existir na região. Faz referências, mas muito sucintas, nas quais ele diz que “os senhores das fazendas ou criadores de gados exigem poucos assalariados, e ainda muito menos escravos, suprimindo com seus próprios filhos, os cuidados daquele manejo [...]”. Ao informar a quantidade de pessoas que habitavam os sertões, ressalta que “não passava de cinco mil habitantes brancos e menos de mil escravos negros [...]” (RIBEIRO, 2007b, p. 117; 142).

Outra obra de grande importância é a de Maria do Socorro Coelho Cabral (2008, p.15), que estuda o processo de formação social e econômica da região Sul do Maranhão, a partir do século XVIII, com a chegada das frentes de colonização vindas de Pernambuco, Bahia e também Goiás. Seguindo o rastro da boiada, homens e mulheres se estabeleceram às margens do Tocantins e do Parnaíba e lá construíram os primeiros currais. É inegável que foi em torno da atividade criatória que a vida sertaneja sul- maranhense girou.

---

<sup>1</sup> Ver: MELO, 2010.

Melo (2010, p. 42), em estudo sobre o sertão do Maranhão no começo do século XX, sugere que ele deve ser pensado:

[...] a partir de suas múltiplas dimensões simbólicas e culturais, desafiando as redes de poder que configuram um cenário marcado por disputas, confrontos e negociações. Trata-se de retratar o sertão como um grande caleidoscópio, agenciador de falas, de memórias, de textos, de leituras, de vozes que gravitam em linhas de fuga, e como tal estão em constante permutação e transitoriedade.

Assim, pensar o sertão maranhense é pensar em um conceito móvel que é “[...] simultaneamente singular e plural, é um e é muito, é grande e específico, é um lugar e um tempo, um modo de ser e um modo de viver [...]” (SENA, 1998, p. 23). Compreender essa categoria é pensá-la não só indicando um espaço geográfico, mas também uma realidade social, no qual a identidade do sertanejo é construída, sem dúvida, por fazendeiros, comerciantes, soldados, jagunços, vaqueiros, camponeses, mas também pelos sujeitos escravizados que viveram naquelas paragens.

Por meio das informações contidas na documentação analisada, podemos conhecer fragmentos das histórias de vida de alguns homens e mulheres que ali viveram. Dos fazendeiros, os que utilizaram e os que não utilizaram o trabalho de mão de obra cativa em suas fazendas espalhadas pelas margens dos rios. Dos escravizados que, usando as brechas deixadas pelo próprio sistema escravista, conseguiram fazer-se ouvir através de suas lutas (as fugas, por exemplo) e negociações (as alforrias “gratuitas”, as relações de compadrio) travadas diariamente para sobreviverem. E tantos outros atores sociais que (re)formaram e (re)significaram suas vidas e o espaço em que viviam.

### **Sertão de Pastos Bons:** um sertão de senhores, bois, terras e gente

Durante algum tempo se acreditou que o trabalho escravo fora incompatível com as tarefas realizadas nas fazendas de gado espalhadas de norte a sul do Brasil durante o Período Colonial e o Império. Tal certeza passou a ser questionada por historiadores como Mott (2010) e Gorender (1985), entre outros. O primeiro, a partir de dados levantados em duas listas nominais de habitantes feitas no Brasil, em 1697 e em 1762, concluiu que:

[...] desde o início e ao menos durante todo os setecentos, a pecuária piauiense dependeu substantivamente da mão de obra escrava negra e mestiça. Embora existindo lugar para o trabalho livre, inclusive indígena, o escravo negro sempre foi

uma presença importante e indispensável nas fazendas de criatório, superior ao braço indígena, quicá mesmo ao braço livre (MOTT, 2010, p. 107).

A também historiadora Ribeiro (1990, p. 62), ao lançar um breve olhar sobre a economia da região de Pastos Bons, ressalta: “Nessas áreas do Maranhão, onde as atividades econômicas foram predominantemente a agricultura de subsistência e a pastoril, o número de escravos, no seu total, foi inferior às grandes áreas de grande lavoura. Sua presença, entretanto, é inquestionável”. Essa hipótese já havia sido levantada por Gorender em 1985.<sup>2</sup> Faria R. (1998)<sup>3</sup> em seu trabalho também havia identificado indícios que apontavam para certo ‘engajamento’ de trabalhadores escravizados nas atividades ligadas à pecuária no Maranhão.

Na maioria dos inventários analisados por mim, os inventariados aparecem como donos de gado, terras e escravizados. Tais dados também apontam para a existência de uma pecuária no sul do Maranhão marcada pelo emprego da mão de obra escravizada. Assim, a “civilização do couro” mencionada por Cabral (2008, p. 51), que se forja naquelas campinas, contou com a presença e com o trabalho de homens e mulheres escravizados nas labutas diárias e na tessitura das relações dentro e fora das fazendas.

Os indícios presentes nos inventários sugerem que não era só seguindo as boiadas que se movimentavam os indivíduos que habitavam a vasta região do sul do Maranhão. Apesar de seu relativo isolamento em relação à capitania/província (São Luís, no litoral), aquele sertão mantinha relações comerciais com algumas regiões de Pernambuco, Bahia, Pará, Ceará e Piauí. O comércio de gêneros alimentícios, gado e pessoas (compra e venda de escravizados) e as trocas culturais daí decorrentes, integravam e davam os matizes da dinâmica de sua vida.

Havia um trânsito de gente e de mercadorias. Os sete sujeitos escravizados pertencentes ao casal Joaquim José da Silva e Anna Rodrigues da Conceição, por exemplo, estavam sob a posse de uma das herdeiras, que residia “no termo da Villa de Pilão Arcado da Província de Pernambuco” (Inventário *post-mortem* de Joaquim José da Silva e Anna Rodrigues da Conceição, 1878, fl. 68). Para os padrões da região e da época em estudo, possuir essa quantidade de escravizados colocava esses proprietários entre os grandes senhores escravistas dali. A amplitude espacial das relações sociais do casal aparece também no local de nascimento dos seus cativos. Damiana, “preta, com doze annos de idade, solteira,

---

<sup>2</sup>Analisando os escritos deixados por Francisco de Paula Ribeiro esse autor, concluiu que, no sertão do sul do Maranhão, “o caráter escravista da pecuária já aparece atenuado, mas, ainda sim, persistente no regime de trabalho” (Apud GORENDER, 1985. p. 417).

<sup>3</sup> Ver: FARIA (1998).

[era] natural da Bahia” (Inventário *post-mortem* de Joaquim José da Silva e Anna Rodrigues da Conceição, 1878, fl. 65v). E a escravizada Leonor, identificada como “preta, de quarenta e seis anos de idade, solteira, roceira”, era natural do Piauí (Inventário *post-mortem* de Joaquim José da Silva e Anna Rodrigues da Conceição, 1878, fl. 63v). Enquanto outros escravizados pertencentes ao mesmo casal eram da própria região em que o casal inventariado residia.

### **Sertão de Pastos Bons: Pecúlio: um direito conquistado**

Do inventário de Vicente Ayres da Silva se sobressaia a história de Antônio. Em 1881, era descrito como um homem escravizado, de “cor cabra, com idade hoje de cinquenta e trez anos de idade pouco mais ou menos, solteiro, roceiro, doentio, que foi avaliado pela quantia de cento e cinquenta mil reis” (Inventário *post-mortem* de Vicente Ayres da Silva, 1881, fl. 23). Antonio quis aproveitar o disposto no art. 4, da Lei do Ventre Livre, que permitia aos escravizados a “formação de um pecúlio com o que lhe provier de doações, legados e heranças, e com o que, por consentimento do senhor, obtiver do seu trabalho e economias” (BRASIL, Lei de nº 2040 de 28.09.1871).

O mesmo ocorreu em 1877, com o escravizado Elias, de “trinta e um anos, solteiro, cabra”, a quem o inventariante de Dona Thomasia Fernandes de Sousa, moradora da Vila de Mirador, Comarca de Pastos Bons, avaliou “por um conto de reis” (Inventário *post-mortem* de Thomasia Fernandes de Sousa, 1877, fl. 17v). Vejamos:

Declarou o tenedor inventariante que os escravos descritos, a exceção do de nome Elias nenhum tem partes [?] para suas libertações e que o dito Elias declarou seus bens para aplicar ao fundo de sua libertação os seguintes bens. Quatro novinhos dois bois tres garrotes onze bezerros, nove éguas, duas [ileg.] dois potros, dois cavalos no total de seiscentos e quarenta e hum mil reis – 641\$000. (Inventário *post-mortem* de Thomasia Fernandes de Sousa, 1877, fl. 21v ).

Chama atenção a diversidade e a quantidade de itens elencados por Elias, indicando o que representava a posse de um sujeito escravizado naquela sociedade que tinha a pecuária como a principal atividade: o valor dos trinta e cinco animais listados não equivalia ao preço de um homem escravizado adulto.

O valor acumulado por Elias para formar seu pecúlio, 610\$000, também salta aos olhos. Ferreira (2016, p. 90) em estudo sobre essa prática em várias regiões do Maranhão, com vista

à liberdade pelo Fundo de Emancipação,<sup>4</sup> destaca que “A média de pecúlio oscilou entre 50\$000 réis e 120\$000 valores acima desses são considerados excepcionais”. Infelizmente não dá pra saber que atividade Elias exercia que o possibilitou poupar tamanha quantia; sequer saber por que ele teve sua alforria avaliada por uma soma tão alta, um conto de reis. Posso supor que, pelos valores citados, Elias teria uma importância econômica significativa dentro do espaço social que vivia.

### **O trabalho dos sujeitos escravizados nas fazendas sul-maranhenses**

Ao comentar sobre a administração das fazendas de gado surgidas no sertão maranhense, Cabral (2008, p. 109) afirma não ter identificado ali o absenteísmo tão característico de outras regiões:<sup>5</sup> “o fazendeiro do sul do Maranhão encontrava-se à frente da administração de sua fazenda”.<sup>6</sup> A autora defende que: era ele quem organizava diretamente as atividades desenvolvidas dentro e fora da propriedade. A população das fazendas era formada, basicamente, “pelo casal (fazendeiro e mulher), seus filhos, parentes e pelos outros dependentes do fazendeiro – vaqueiros, fábricas, agregados e aventureiros”. Sobre a participação de sujeitos escravizados nessas unidades produtivas, diz a autora:

O trabalho escravo e o livre foram utilizados com frequência. Ao que parece, os escravos desempenhavam função subalterna atribuída aos fábricas. **Em nenhuma fonte consultada encontramos referência a vaqueiros escravos, o que nos leva a sugerir que os vaqueiros eram sempre recrutados entre os trabalhadores livres** (CABRAL, 2008, p.106, grifo meu).

Francisco de Paula Ribeiro descreveu as atividades que eram de responsabilidade dos vaqueiros das fazendas de gado do sul da província.

Vaqueiro é aquele homem encarregado da criação dos bezerros, e de amansá-los ao mesmo tempo de três meses no curral, para que quando criados novilhos não fiquem touros bravos, sem deixar conduzir-se, nem conduzir o gado aos currais; [...] É também encarregado de os curar das grandes chagas que em pequenos geralmente adquirem por intervenção da mosca ou inseto a que chamam varejeira, e que infalivelmente os mata quando se lhes não aplica um pronto e escrupuloso curativo. O vaqueiro queima os campos em tempo próprio, e não todos de uma vez, para que no entanto que estas queimadas, como ali se chama, produzam novos pastos tenros e viçosos, tenham em partes os gados capins secos de que sustentar-se. Ele é o que procura extinguir as onças ou tigres que aparecem nas fazendas, matar os morcegos

<sup>4</sup>Foi criado pelo Art.3º da Lei 2.040 de 28 de setembro de 1871, era um subsídio do Governo Imperial às províncias e aos Municípios, destinado à libertação de escravizados e utilizado para indenizar os senhores.

<sup>5</sup>Ver: FALCI, 1995.

<sup>6</sup>Realidade que também fez parte da administração das fazendas do Piauí estudada por Mott (2010, p. 134).

e cobras venenosas, que vivem nas tocas ou buracos das pedras e das árvores. É o que ajunta e aquieta os gados nas malhadas são certos lugares escolhidos, nos quais se costumam os gados pernoitar, não faltando ali ao pôr-se o sol uma só vez, embora tenha pastado nesse dia a uma légua distante (RIBEIRO, 2007b, p. 178-179).

Homens e mulheres escravizados podiam ser empregados em todos os serviços das fazendas. Lara (1988, p. 184) nos diz que até mesmo “os serviços de alguns inúteis deveriam ser aproveitados para vários misteres, como de criar galinhas e porcos”. Acrescento que até aqueles apontados como “sem profissão alguma e de péssima conduta”, geravam algum ganho para os seus senhores, como é o caso de Joanna, que permaneceu com o senhor até a morte dele. Talvez a vantagem em mantê-la estivesse nos três filhos ingênuos que ela tinha em sua companhia: “Jesuína, parda, nascida em mil oitocentos oitenta e um, Maria, mulata nascida em mil oitocentos e oitenta e três: e Theotonia, mulata, nascida em novembro de mil oitocentos e oitenta e quatro” (Inventário *post-mortem* de Pedro Gomes da Silveira, 1885, fls. 10-11).

Nas fazendas do sul do Maranhão, na mesma época, os escravizados desempenhavam estas e outras atividades relativas à lida diária nessas propriedades. É o caso de Francisco, “crioulo, com trinta e um annos, pouco mais ou menos, solteiro, **vaqueiro**, natural desta província [...]”, arrolado entre os bens semoventes de um proprietário falecido (Inventário *post-mortem* de Justino Antônio de Medeiros, 1877, fl.58v, grifo meu). E também do escravizado Cacimiro, “de cor parda, com idade de quinse annos, solteiro, **vaqueiro**, natural deste termo [...]”, que administrava uma fazenda, cujos bens foram inventariados em 1879 (Inventário *post-mortem* de Manoel Pedro de Brito, 1879, fl.7v, grifo meu).

Ao assumir a função de vaqueiro, o escravizado relativizava a ordem das coisas. Não era mais controlado e vigiado da mesma forma que os demais trabalhadores escravizados. E podia ter funções partilhadas com o senhor, além de ter maior acesso à casa deste, para organizarem as tarefas a serem realizadas. Competia ao vaqueiro delegar as funções cotidianas realizadas na fazenda e, na ausência do fazendeiro/seu senhor, cabia-lhe o gerenciamento das atividades.

Dadas as particularidades dessa função, não era qualquer escravizado que poderia se tornar um vaqueiro. Para ocupar tão importante cargo, teria que ser pessoa da confiança do proprietário e com quem este tivesse uma relação cordial. Segundo Andrade (1964, p. 197), era grande a labuta de um vaqueiro, pois além de passar boa parte do dia sobre a sela de um cavalo, fiscalizando e cuidando das pastagens e dos bois que eram criados à solta, era ele que conduzia.

Em troca de tamanho esforço, recebia como “remuneração a ‘quarta’ dos bezerros e potros” nascidos nos rebanhos sob sua responsabilidade (ANDRADE, 1964, p. 180). Assim, a profissão de vaqueiro dava ao escravizado uma posição de destaque no grupo ao qual pertencia. Talvez o tornasse uma boa opção para quem procurava, por meio dos laços de compadrio, formar alianças com alguém que pudesse dar assistência aos filhos. Por outro lado, ser vaqueiro poderia facilitar ao escravizado a formação de um pecúlio para a compra da carta de alforria.

Ao que parece, ter habilidade e treino para ser vaqueiro aumentava, minimamente que fosse, o preço do escravizado, como podemos perceber na descrição da escravaria de um inventariado.

Deu o inventariante a discrever a parte que o casal inventariado tem um escravo de nome **Luiz**, mulato com quinze annos de idade, solteiro, natural desta província, de serviços domésticos [...] em cujo inventário o mesmo escravo foi avaliado por seiscentos, digo, por quinhentos mil reis [...]//Um escravo de nome **Francisco**, crioulo, com trinta e um annos de idade, pouco mais ou menos, solteiro, vaqueiro, natural desta província que foi avaliado por seiscentos mil reis [...]//Uma escrava de nome **Izodora**, mulata, com des e seis annos de idade, solteira, rendeira, natural desta província que foi avaliado por quinhentos mil reis [...]//Uma escrava de nome **Roza**, crioula, com doze annos de idade, solteira, de serviços domésticos, natural desta província [...] a qual foi avaliada por tresentos e cinquenta mil reis [...]//Uma escrava de nome **Joanna**, cabra, com des annos de idade, serviços domésticos, natural desta província [...] foi avaliada pela quantia de tresentos mil reis [...] (Inventário post-mortem de Justino Antonio Medeiros, 1877, fls. 58-59, grifo meu).

Os rebanhos desse senhor estavam distribuídos em duas fazendas. Apesar de não ter sido possível conhecer o modo como era organizada a administração desses bens, percebe-se que o escravizado Francisco, na função de vaqueiro, deveria trabalhar arduamente para cuidar dos numerosos animais listados entre os bens, que podem ser vistos na tabela a seguir.

Ao comparar os valores dos 5 sujeitos que pertenciam a Justino Antonio Medeiros com o valor total de seu rebanho, percebi que os primeiros constituíam os bens de maior valor (2:300\$000). Realidade presente na maioria dos inventários que analisei.

O trabalho dos vaqueiros deveria ser conduzido com muito zelo. Ao exercer essa profissão, em sua lida diária o escravizado Francisco talvez precisasse se deslocar de uma fazenda a outra, para, assim, conseguir administrar os animais que constituíam o patrimônio de seu senhor, pois não há referências a outros vaqueiros ou ajudantes no inventário. Se existiram, a hipótese coloca Francisco numa situação bem mais peculiar, seriam trabalhadores livres, comandados por um escravizado.

Nos inventários analisados, os trabalhadores escravizados avaliados na faixa de preço mais alta eram, além dos vaqueiros, os identificados como roceiro/a e oficial de carpina. Em geral, os escravizados constituíam um dos bens de maior valor arrolados em cada inventário. Não pude identificar se havia uma relação direta entre a idade e o valor do escravizado, percebi sim que quando a profissão foi registrada tinha um acréscimo em seu preço, em relação aos demais.

O aluguel de escravizados também foi usado por senhores escravistas do sertão como uma estratégia de obtenção de renda. Uma mulher apresentada como Dona Josina Ayres Mascarenhas alugou, em 1881, uma casa e um trabalhador escravizado. O tratamento de *dona* a uma mulher indica ser esta alguém a quem se atribui ser pertencente aos extratos sociais mais altos daquela sociedade.<sup>7</sup> O referido escravizado havia falecido no ano de 1884, ainda na vigência do aluguel, mas o senhor dele não ficou no prejuízo. Quando foi feito o inventário desse proprietário, Dona Josina devia aos herdeiros o valor do trabalhador escravizado que morrera enquanto estava a seu serviço (Inventário *post-mortem* de Aniceto Ayres da Silva, 1885, fl. 14v).

Mott (2010), ao analisar as relações escravistas nas fazendas de gado do Piauí, constatou que “[...] As categorias ‘escravo de ganho’ e ‘escravo doméstico’ tão freqüentes nas maiores cidades do Brasil-Colonial neste idêntico período, devem ser muito raras nesta sociedade com organização econômica e social tão rústica” (p. 111). Penso que a mesma dedução se poderia aplicar para a categoria de “escravo de aluguel” para o sul do Maranhão, no período em estudo. A prática existia, de forma esporádica.

Os homens e mulheres daquela região, que vislumbrei nos inventários, são fazendeiros, seus familiares, outros sujeitos livres, além dos escravizados e dos libertos. Dos livres e dos libertos poucas vezes consegui identificar a atividade econômica a que se dedicavam na luta pela sobrevivência.

---

<sup>7</sup>E aqui cabe uma referência ao instigante trabalho da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Marize Helena de Campos (2010), *Senhoras Donas: economia, povoamento e vida material em terras maranhense (1755-1822)*. De posse de uma massa documental rica e variada, a referida autora descortina uma dimensão da vida social pouco explorada pela historiografia maranhense, a saber, a participação ativa das mulheres na vida sócio-econômica do Maranhão no período citado acima. Identificou que aquelas “senhoras donas” “não eram, necessariamente, proprietárias de bens e escravos ligados à cultura do algodão, mas eram também proprietárias de gados vacuns e cavalares, lavouras de mandioca, engenhos etc.” (p. 21). Essas mulheres apareceram na documentação cotejada não só como possuidoras, mas, também, como transmissoras de bens, o que, para Campos, representaria uma “clara demonstração de autoridade e poder” (p. 185). Na região estudada por mim, dos 59 inventários analisados em 25 deles aparecem mulheres possuidoras de terras, gados, escravizados etc, constituindo assim, de certo modo, as “senhoras donas” do sertão maranhense.

## **Estrutura demográfica da população escravizada das fazendas de gado do sertão maranhense**

A população livre registrada pelo censo de 1872 para aquela região, realmente era a maioria, no entanto, isso não significa a inexistência de cativos naquela sociedade. Havia espaços nos quais os escravizados se moviam e até mesmo exerciam atividades que antes se acreditava serem de exclusividade do homem livre e branco.

**Tabela 1** – População das freguesias do sul do Maranhão: 1872

<b>FREGUESIA</b>	<b>POPULAÇÃO LIVRE</b>	<b>%</b>	<b>POPULAÇÃO ESCRAVIZADA</b>	<b>%</b>	<b>TOTAL</b>
<b>São Bento de Pastos Bons</b>	10.940	93.16	804	6.83	11.744
<b>São Felix de Balsas</b>	9.622	93.01	723	6.99	10.345
<b>São Pedro de Alcântara</b>	9.732	96.23	382	3.77	10.114
<b>Nossa Senhora de Nazareth do Riachão</b>	3.877	88.64	497	11.36	4.374

**Fontes:** Recenseamento de 1872. Disponível em: <[www.brasil.gov.br](http://www.brasil.gov.br)>. Acesso em: 13/11/2016.

Parte dos sujeitos escravizados listados na documentação cotejada, era registrada com outros elementos de informação, além do nome: idade, profissão, filiação, condição física, estado civil e cor. Não posso afirmar quem dava as informações, se o próprio escravizado, os inventariantes, ou se era o senhor quem os havia registrado daquela forma nas matrículas de escravizados realizadas por determinação da Lei do Ventre Livre e da Lei dos Sexagenários. Para FARIA S. (1998, p. 311), “o vocabulário classificatório transcendia as informações dadas pelos cativos”, sendo, em muitos casos, filtrado pelo olhar social de quem as forneciam. Nos inventários analisados, os escravizados são classificados como cabras, pardos, mulatos, cafuzos, mestiços e até como negrinhas. Entre as classificações branco e preto existia, portanto, um gradiente de cores. A cor também era usada como elemento de distinção e classificação social (PEREIRA; VENÂNCIO; SOUSA, 2006).

Guedes (2014, p. 185) ressalta que as pesquisas hoje realizadas sobre essa temática vêm mostrando a necessidade que se tem de “dissociar escravidão e qualidade de cor”, pois também, “entre livres e senhores, [havia] gente de todas as matizes entre branco e negro”.

Da população submetida ao regime de escravidão na região objeto deste estudo, foram identificados 300 indivíduos nessa condição na documentação analisada. Destes, apenas 58 tiveram as profissões especificadas. Dos 300 sujeitos escravizados localizados, 12 não tinham

informações sobre o sexo. Foram registrados apenas como “escravos”. E 268 tiveram suas idades registradas, permitindo-me constatar que a maioria da escravaria era composta de sujeitos jovens, em pleno vigor físico, produtivo e reprodutivo.

Mott (2010, p. 113) tem uma hipótese para a predominância de homens nas regiões dedicadas à pecuária. Segundo ele, “[...] explica-se tão alta relação de masculinidade pelo fato de a pecuária, atividade econômica dominante, ocupar exclusivamente mão de obra masculina”. Quanto às mulheres escravizadas, segundo o mesmo autor, dedicavam-se as tarefas agrícolas (Idem, 2010, p. 113).

Em média, o tamanho das escravarias no sul-maranhense era menor (de apenas 5 escravizados para cada proprietário), se comparado às regiões de agricultura mercantil. Algumas eram formadas apenas por mulheres escravizadas, como a das duas senhoras citadas a seguir. Uma tinha três escravizadas: Maria, Leoncia e Francisca, de 24, 21 e 20 anos, respectivamente (Inventário *post-mortem* de Maria da Motta e Silva, 1876, f. 31-32). A outra, duas escravizadas: Conrada, de 42 anos e Tereza de apenas 17 anos (Inventário *post-mortem* de Alsiria de Assis Mascarenhas, 1868, fl.7). No entanto, os homens escravizados eram mais numerosos que as mulheres submetidas ao cativeiro,<sup>8</sup> como podemos ver na tabela 7.

Assim, os vestígios presentes nos inventários deixados por senhores(as) da região sul do Maranhão me possibilitaram perceber a existência de um sertão caracterizado por vínculos sociais múltiplos e variados, no qual, livres, libertos e escravizados se encontravam e estabeleciam relações, nem sempre harmoniosas. O conflito era latente, mas houve espaços para as negociações cotidianas, nas quais os sujeitos iam construindo espaços de sociabilidade e de solidariedade no dia a dia das fazendas.

## **Conclusão**

Para compreender o lugar conhecido como sertão de Pastos Bons, recorri não só à bibliografia disponível sobre o tema, que a definia como um espaço marcado pela ação das patas dos bois e do branco desbravador que conquistou aquele território. Na análise dos inventários deixados pelos proprietários sul-maranhenses, fui descortinando pouco a pouco um sertão marcado pelo gado, o curral, o vaqueiro, mas também pelo trabalho e presença de mulheres e homens escravizados. Os indícios apontam para a existência de uma sociedade

---

<sup>8</sup> Ver: MATTOSO, 2001.

rural muito mais complexa que a simples imagem de um vaqueiro, livre e branco, sobre seu cavalo, cuidando dos gados de seu patrão.

Na análise dessa documentação emergiram-se algumas histórias. A do escravizado Elias, que conseguiu acumular uma soma significativa, formar seu pecúlio para poder conseguir a tão sonhada liberdade. A de Venância, recém-liberta, que diante da morte de seu senhor fugiu, com medo de uma possível reescravização. A de Luiza, “outra fujona”, que passou a viver como livre em Barra do Corda. A de Jaciaria, que diferente de outros companheiros de cativo conseguiu sua liberdade “gratuitamente”. E tantas outras histórias, que nos dão pistas sobre a complexidade da dinâmica cotidiana que marcou as relações de sociabilidade daqueles indivíduos escravizados convivendo com a população livre e liberta do sul do Maranhão do século XIX. Relações que foram marcadas ora pelo conflito, ora por ações cordiais. Desenhou-se uma sociedade na qual os escravizados criaram em seu cotidiano estratégias de luta e resistência para sobreviverem em um meio que lhes era hostil.

Vi como foi frequente a presença de escravizados arrolados entre os bens dos proprietários sul-maranhenses, sugerindo a existência de uma pecuária onde a mão de obra escravizada convivia com a livre. Em alguns casos, escravizados como os vaqueiros Francisco, exercendo atividades que se acreditava serem exclusivas dos livres. Tais constatações nos ajudam a ter um maior entendimento sobre a complexidade das relações que se formaram dentro e fora dos currais que marcaram a paisagens sul-maranhense do XIX.

## REFERÊNCIAS

- **Bibliografia**

ANDRADE, Manoel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense. 1964.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Caminhos do gado: conquista e ocupação do Sul do Maranhão**. 2. ed. São Luís: EDUFMA. 2008.

CAMPOS, Mariza Helena de. **Senhoras Donas: Economia, povoamento e vida material em terras maranhenses (1755-1822)**. São Luís: Café e Lápis; FAPEMA, 2010.

CARVALHO, Carlota. **O Sertão: Subsídios para a História e a Geografia do Brasil**. (Organização e notas de Adalberto Franklin e João Renôr F. Carvalho) 3.ed. Teresina: EDUFPI, 2011.

CARVALHO, João Renôr Ferreira de. Introdução à “Descrição do território de Pastos Bons, nos sertões do Maranhão”. In: **Francisco de Paula Ribeiro**: desbravador dos sertões de Pastos Bons: a base geográfica e humana do sul do Maranhão. Imperatriz - Ma: Ética, 2007, p. 133-143.

\_\_\_\_\_. À descrição do território de Pastos Bons, nos sertões do Maranhão. In: FRANKLIN, Adalberto; CARVALHO, João Renôr F. de (Org.). **Francisco de Paula Ribeiro**: desbravador dos sertões de Pastos Bons: a base geográfica e humana do sul do Maranhão. Imperatriz: Ética, 2007.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHALOUB, Sidney. **A força da escravidão**: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888**. Tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1978.

FARIA, Regina Helena Martins de. **Trabalho Escravo e Trabalho Livre na Crise da Agroexportação Escravista no Maranhão São Luís**. Monografia (Especialização em História Econômica Regional) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 1998.

FERREIRA, Ricardo Alexandre. **Senhores de poucos escravos**: cativo e criminalidade num ambiente rural (1830-1888). São Paulo: Ed.UNESP, 2005.

FERREIRA, Roberto Guedes. **Na pia batismal**: família e compadrio entre escravos na freguesia de São José do Rio de Janeiro (Primeira Metade do Século XIX). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 1999.

FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da liberdade**: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). Campinas- SP: Unicamp, 2006.

FRANKLIN, Adalberto; CARVALHO, João Renôr F. de (Org.). **Francisco de Paula Ribeiro**: desbravador dos sertões de Pastos Bons: a base geográfica e humana do sul do Maranhão. Imperatriz: Ética, 2007.

\_\_\_\_\_. Introdução ao Roteiro da viagem que fez Francisco de Paula Ribeiro às fronteiras da Capitania do Maranhão e da de Goiás. In: FRANKLIN, Adalberto; CARVALHO, João Renôr F. de (Org.). **Francisco de Paula Ribeiro**: desbravador dos sertões de Pastos Bons: a base geográfica e humana do sul do Maranhão. Imperatriz: Ética, 2007. p. 57-66.

GORENDER, Jacob. **O Escravismo Colonial**. 4. ed., São Paulo: Ática, 1985.

GUEDES, Roberto. **Egressos do cativo**: Trabalho, família, aliança e mobilidade social: (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798-c.1850). Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ. 2008.

GUEDES, Roberto. Livros paroquiais de batismos, escravidão e qualidades de cor (santíssimo Sacramento da Sé, Rio de Janeiro, Séculos XVII- XVIII). In: FRAGOSO, João; GUEDES,

Roberto; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de (Org.). **Arquivos paroquiais e história social na América Lusa, séculos XVII e XVIII: métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpus documental.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

LARA, Silva Hunold. **Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

\_\_\_\_\_. *Blown`inthe Wind*:E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil. **Revista do Programa de Estudos em História do Departamento de História PUC-SP.** nº 12. out. 1995.

MARQUES, César Augusto. **Dicionário histórico-geográfico do Maranhão.** 3ª ed. com notas e apuração textual de Jomar Moraes. São Luís: AML, 2008.

MELO, Irisnete Santos de. **Palavras nos lábios, armas nas mãos: narrativas, trajetórias e encon(fron)tros na chamado sertão do Maranhão no começo do século XX.** Recife. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. **Entre a mão e os anéis: a Lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil.** Campinas-SP. Editora da Unicamp; Centro de pesquisa em História Social da Cultura, 1999.

MOTT, Luiz R. B. Fazenda de gado do Piauí:1697-1762. SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 8, 1975. **Anais....** Aracaju, 1975.

PEREIRA, Josenildo de Jesus. **A Fronteira do Cárcere e do Paraíso: um estudo sobre as práticas de resistência escrava no Maranhão oitocentista.** 2001. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Católica de São Paulo - USP, São Paulo. 2001.

RIBEIRO, Francisco de Paula. **Memórias dos sertões maranhenses.** (reunidas aos cuidados de Manoel de Jesus Barros). São Paulo: Siciliano, 2002.

RIBEIRO, Jalila Ayoub Jorge. **A desagregação do sistema escravista no Maranhão (1850-1888).** São Luís: SIOGE, 1990.

SENA FILHO, Nelson de Sertão: O “espaço percebido” segundo Guimarães Rosa.

SILVA, Eduardo. Fugas, revoltas e quilombos: os limites da negociação. In: REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista.** São Paulo, Companhia das Letras, 1989, p.62-78.

TEIXEIRA, Heloísa Maria. **Os filhos de escravas: crianças cativas e ingênuas nas propriedades de Mariana (1850-1888).** Cadernos de História, Belo Horizonte, v.11, n. 15, 2º sem. 2010. Disponível em: <periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/.../2413>. Acesso em: 14 out. 2016.

VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Ideologia & escravidão: os letrados e a sociedade escravista no Brasil Colonial.** Editora Vozes: Petrópolis - RJ, 1986. (Coleção História Brasileira).

Recenseamento de 1872. Disponível em: <[www.brasil.gov.br](http://www.brasil.gov.br)>. Acesso em:13/11/2016.

- **Documentos**

Inventário *post-mortem* de Alsiria de Assis Mascarenhas, 1868. Fórum Vara Única da Cidade de Carolina- MA.

Inventário *post-mortem* de Aniceto Ayres da Silva, 1885. Fórum Vara Única da Cidade de Carolina- MA.

Inventário *post-mortem* de Clemente Procópio de Souza, 1882. Fórum Vara Única da Cidade de Carolina- MA.

Inventário *post-mortem* de Eufrasio Pinheiro Noletto, 1880. Fórum Vara Única da Cidade de Carolina- MA.

Inventário *post-mortem* de João Damasceno de Vasconcelos 1885. Fórum Vara Única da Cidade de Carolina- MA.

Inventário *post-mortem* de Joaquim José da Silva e Anna Rodrigues da Conceição, 1878. Fórum Vara Única da Cidade de Carolina- MA.

Inventário *post-mortem* de Justino Antônio de Medeiros, 1877. Fórum Vara Única da Cidade de Carolina- MA.

Inventário *post-mortem* de Manoel Pedro de Brito, 1879. Fórum Vara Única da Cidade de Carolina- MA.

Inventário *post-mortem* de Maria Alexandrina Pereira, 1880. Fórum Vara Única da Cidade de Carolina- MA.

Inventário *post-mortem* de Maria da Motta e Silva, 1876. Fórum Vara Única da Cidade de Carolina- MA.

Inventário *post-mortem* de Pedro Gomes da Silveira, 1885. Fórum Vara Única da Cidade de Carolina- MA.

Inventário *post-mortem* de Thomasia Fernandes de Sousa, 1877. Fórum Vara Única da Cidade de Carolina- MA.

Inventário *post-mortem* de Vicente Ayres da Silva, 1881. Fórum Vara Única da Cidade de Carolina- MA.